



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. EDUARDO VALVERDE)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Inclui o inciso XI no artigo 5º, estabelecendo cotas nas Universidades Públicas e altera a redação do parágrafo único do artigo 56 da Lei nº 9.394, de 1996 e dá outras providências.

DESPACHO:
28/05/2004 - (APENSE-SE ESTE AO PL-1643/1999.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM / /

REGIME DE TRAMITAÇÃO
PRIORIDADE

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em / /
Comissão de:		



Câmara dos Deputados

PL 3.571/2004

Autor: Eduardo Valverde

**Data da
Apresentação:** 18/05/2004

Ementa: Inclui o inciso XI no artigo 5º, estabelecendo cotas nas Universidades Públicas e altera a redação do parágrafo único do artigo 56 da Lei nº 9.394, de 1996 e dá outras providências.

**Forma de
Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Despacho: Apense-se a(o) PL-1643/1999.

**Regime de
tramitação:** Prioridade

Em 28/05/2004

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente



PL 3571/04

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA
(Do Sr. Eduardo Valverde)

Inclui o inciso XI no artigo 5, estabelecendo cotas nas Universidades Públicas e altera a redação do parágrafo único do artigo 56 da Lei nº9394/1996 e dá outras providências.

Art. 53.

- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -
- VI -
- VII -
- VIII -
- IX -
- X -

XI_ Estabelecer Plano de Metas para integração social, étnica e racial e que contemple, dentre outras medidas, cotas de ingresso diferenciadas para afro – descendentes, indígenas e egressos de escolas públicas, consoantes critérios sociais, econômicos, raciais definidos pelo colegiado.

Art. 56.

Parágrafo único. Nos órgãos colegiados e comissões os docentes ocuparão cinquenta por cento dos assentos, os servidores trinta por cento e os discentes 20 por cento, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.



F5BFCFBD53



JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto de lei, inserir na lei de diretrizes e bases da educação, o sistema de Cotas para Negros, indígenas e egressos da rede pública de educação, visando espantar qualquer dúvida sobre a possibilidade de aplicar a autonomia universitária nesta temática e dirimir dúvidas jurídicas sobre a matéria.

A adoção de política afirmativa nas universidades públicas é fruto direto da repercussão da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (África do Sul, 2001), no contexto brasileiro.

Neste mesmo ano, as discussões sobre cotas nas Universidades ecoou um amplo debate nacional e internacional sobre as ações afirmativas como um todo e sobre a necessidade de incorporá-las à área de educação e, especialmente, ao ensino Superior.

A experiência exitosa da UNB, que desde 1996 vem implementando alternativas ao vestibular para ingresso, que trouxe um novo perfil de aluno, muito deles de baixa renda e oriundos de escolas públicas.

Ao estabelecer Plano de Metas, visa atender à necessidade de gerar, nas universidades públicas, uma composição social étnica e racial capaz de refletir minimamente a situação e a diversidade da sociedade local.

Historicamente, a escolaridade de brancos, negros e indígenas, por sua vez, expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. Apesar da melhoria nos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros, mantém-se estável entre as gerações.

O "Brasil branco" é cerca de 2,5 vezes mais rico que o "Brasil negro", e 20 vezes, o "Brasil indígena". Alterar esta realidade, fruto de esforços de gerações, será possível com ações afirmativas, como propõe o presente projeto.

Sala das Sessões em,

18/5/04

EDUARDO VALVERDE
Deputado Federal



F5BFCFBD53



PL 3571/04

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA
(Do Sr. Eduardo Valverde)

Inclui o inciso XI no artigo 5, estabelecendo cotas nas Universidades Públicas e altera a redação do parágrafo único do artigo 56 da Lei nº9394/1996 e dá outras providências.

Art. 53.

- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -
- VI -
- VII -
- VIII -
- IX -
- X -

XI_ Estabelecer Plano de Metas para integração social, étnica e racial e que contemple, dentre outras medidas, cotas de ingresso diferenciadas para afro – descendentes, indígenas e egressos de escolas públicas, consoantes critérios sociais, econômicos, raciais definidos pelo colegiado.

Art. 56......

Parágrafo único. Nos órgãos colegiados e comissões os docentes ocuparão cinquenta por cento dos assentos , os servidores trinta por cento e os discentes 20 por cento , inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.



F5BFCFBD53



JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto de lei, inserir na lei de diretrizes e bases da educação, o sistema de Cotas para Negros, indígenas e egressos da rede pública de educação, visando espantar qualquer dúvida sobre a possibilidade de aplicar a autonomia universitária nesta temática e dirimir dúvidas jurídicas sobre a matéria.

A adoção de política afirmativa nas universidades públicas é fruto direto da repercussão da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (África do Sul, 2001), no contexto brasileiro.

Neste mesmo ano, as discussões sobre cotas nas Universidades ecoou um amplo debate nacional e internacional sobre as ações afirmativas como um todo e sobre a necessidade de incorporá-las à área de educação e, especialmente, ao ensino Superior.

A experiência exitosa da UNB, que desde 1996 vem implementando alternativas ao vestibular para ingresso, que trouxe um novo perfil de aluno, muito deles de baixa renda e oriundos de escolas públicas.

Ao estabelecer Plano de Metas, visa atender à necessidade de gerar, nas universidades públicas, uma composição social étnica e racial capaz de refletir minimamente a situação e a diversidade da sociedade local.

Historicamente, a escolaridade de brancos, negros e indígenas, por sua vez, expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. Apesar da melhoria nos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros, mantém-se estável entre as gerações.

O "Brasil branco" é cerca de 2,5 vezes mais rico que o "Brasil negro", e 20 vezes, o "Brasil indígena". Alterar esta realidade, fruto de esforços de gerações, será possível com ações afirmativas, como propõe o presente projeto.

Sala das Sessões em,

18/5/04

EDUARDO VALVERDE
Deputado Federal



F5BFCFBD53

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Menu Principal



Serviços



Comunicação

eCâmara - Proposições

Consulta tramitação das proposições

Proposição: PL-1643/1999 **Autor:** Senado Federal**Data de Apresentação:** 10/09/1999**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Prioridade**Origem:** PLS-298/1999**Situação:** PLEN: Aguardando Parecer.**Ementa:** Estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino.**Indexação:** OBRIGATORIEDADE, UNIVERSIDADE, INSTITUIÇÃO PUBLICA, RESERVA, METADE, VAGA, ALUNO, CU INTEGRALIDADE, EDUCAÇÃO, ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO MEDIO, ORIGEM , ESCOLA PUBLICA, EXIGENCIA, APROVAÇÃO, PROCESSO, SELEÇÃO, EXAME, CLASSIFICAÇÃO, ESTUDANTE.**Despacho:**

8/10/1999 - DESPACHO INICIAL A CECD E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).

Apensados

PL 73/1999 PL 1447/1999 PL 2069/1999 PL 2486/2000 PL 2772/2000
PL 4620/2001 PL 4784/2001 PL 5062/2001 PL 5325/2001 PL 5338/2001
PL 5740/2001 PL 5783/2001 PL 5830/2001 PL 5870/2001 PL 6399/2002
PL 165/2003 PL 373/2003 PL 1141/2003 PL 1149/2003 PL 1188/2003
PL 1202/2003 PL 1335/2003 PL 1620/2003 PL 1883/2003 PL 2923/2004
PL 3004/2004 PL 3153/2004 PL 3472/2004

Requerimentos, Recursos e Ofícios**- CEC (EDUCAÇÃO E CULTURA)**

REQ 37/2003 CEC (Requerimento) - João Matos

REQ 95/2004 CEC (Requerimento) - João Matos

Última Ação:**10/9/1999** - PLENÁRIO (PLEN) - Apresentação do Projeto de Lei pelo Senado Federal **7/5/2003** - Comissão de Educação e Cultura (CEC) - Aprovado requerimento do Sr. João que requer a realização de reunião de audiência pública para discutir a matéria do Projeto de Lei 1.643/99, que 'estabelece a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino'.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
10/9/1999	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei pelo Senado Federal
8/10/1999	PLENÁRIO (PLEN)

	LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.
8/10/1999	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESPACHO INICIAL A CECD E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).
8/10/1999	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) ENCAMINHADO A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.
23/11/1999	Comissão de Educação e Cultura (CEC) RELATOR DEP JOÃO MATOS.
2/3/2000	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL 2.486/2000.
18/4/2000	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL 2.772/2000.
2/6/2000	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DEFERIDO OF P-94/00, CECD, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DOS PL. 1447/99 E PL. 2069/99, A
13/12/2000	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) OF P-685/00, DA CECD, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO PL. 73/99 A ESTE.
11/5/2001	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-4620/2001.
1/6/2001	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-4784/2001.
13/8/2001	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-5062/2001.
17/9/2001	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-5325/2001.
20/9/2001	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-5338/2001.
27/12/2001	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-5740/2001.
4/3/2002	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-5783/2001.
4/3/2002	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-5830/2001.
4/3/2002	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-5870/2001.
3/4/2002	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-6399/2002.
25/3/2003	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Apense-se a este o PL-165/2003.
25/3/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a esta o PL-165/2003.
7/5/2003	Comissão de Educação e Cultura (CEC) Aprovado requerimento do Sr. João Matos que requer a realização de reunião de audiência pública para discutir a matéria objeto do Projeto de Lei 1.643/99, que "estabelece a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino".
27/5/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL 373/2003.
25/6/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-1141/2003.

25/6/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-1149/2003.
25/6/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-1188/2003.
25/6/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-1202/2003.
11/7/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-1335/2003.
19/8/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-1620/2003.
19/9/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-1883/2003.
16/3/2004	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-2923/2004.
16/3/2004	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-3004/2004.
18/3/2004	Comissão de Educação e Cultura (CEC) Apensação do PL 2923/2004 a esta proposição.
18/3/2004	Comissão de Educação e Cultura (CEC) Apensação do PL 3004/2004 a esta proposição.
2/4/2004	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-3153/2004.
20/4/2004	Comissão de Educação e Cultura (CEC) Apensação do PL 3153/2004 a esta proposição.
14/5/2004	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a este o PL-3472/2004.

[Cadastrar para Acompanhamento](#)[Página anterior](#)[Nova pesquisa](#)